

# Corpo e voz em movimento: performance como desafio ao autoritarismo

## Body and voice in motion: performance as resistance to authoritarianism

José Humberto Torres Filho<sup>1</sup>

1 ORCID: 0000-0002-6897-4480, Universidade Estadual do Ceará, torreshumberto85@gmail.com

### RESUMO

Este trabalho faz uma leitura crítica do Relatório Figueiredo e da leitura pública deste documento proposta pelo artista-educador Fábio Tremonte. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que aproxima o documento histórico e a performance, tendo como objetivo investigar como esta pode contribuir para a confecção de abordagens críticas do passado autoritário, assim como funcionar como uma nova metodologia de acesso ao conhecimento pelo corpo e pela voz. Como resultado, compreendemos que o empreendimento colonial estabeleceu a preponderância da escrita e que a ditadura militar deu prosseguimento a este projeto, atualizando-o. Por isso, a performance é um modo de olhar criticamente para este caminho histórico, dando vazão a epistemologias dissidentes.

**Palavras-chave:** Performance; Autoritarismo; Relatório Figueiredo; Arte-educação.

### ABSTRACT

This essay is a critical reading of the Figueiredo Report and its public reading proposed by the artist-educator Fábio Tremonte. This is a qualitative research, which brings together the historical document and the performance, aiming to investigate how it can contribute to the creation of critical approaches to the authoritarian past, as well as functioning as a new methodology for accessing knowledge through body and voice. As a result, we understand that the colonial enterprise established the preponderance of writing and that the military dictatorship continued this project, updating it. Therefore, performance is a way of looking critically at the historical path, giving rise to dissident epistemologies.

**Keywords:** Performance; Authoritarianism; Figueiredo Report; Art education.

## 1 INTRODUÇÃO

Os alarmes de incêndio da história não param de soar no Brasil de hoje. O passado está vivo, mas segue ignorado pelo conjunto da sociedade. O progresso, esta obsessão nacional inscrita na bandeira do país, existe a partir da concepção de uma história única e linear, que insiste em repetir que é preciso seguir adiante, cumprir o destino prometido de país do futuro, acreditando no epíteto já entranhado na própria ideia de nação brasileira. Não olhar para trás, este gesto que se faz em ausência de movimento, é o desejo de fuga do atraso civilizacional, da selvageria de

que o país sempre tentou escapar.

Com a invasão colonial nas Américas, os primeiros frades europeus que aqui chegaram empenharam-se em atestar que os indígenas eram povos sem história porque não faziam uso da escrita. E, se não possuíam história, é porque estavam em uma escala evolutiva inferior em relação à civilização europeia. Por isso, precisavam ser salvos de sua própria cultura, entendida como bárbara. O imaginário nacional, como consequência do sucesso da violência colonial, fundou diversos símbolos que aprisionaram os indígenas e a natureza ao atraso. Enquanto o Romantismo europeu, por exemplo, adotou os cavaleiros medievais como símbolo de um passado superado, mas que representavam valores morais fundantes daquela cultura, no Brasil, coube justamente aos indígenas e à natureza o papel de representar esse passado histórico idealizado e pretensamente distante do século XIX.

A ditadura militar brasileira em muitos sentidos atuou como uma reatualização do projeto colonial, mobilizando as dualidades atraso *versus* progresso, natureza *versus* metrópole e, por fim, barbárie *versus* civilização. O golpe de 1964 veio a termo a fim de impedir o desenvolvimento de uma série de iniciativas do governo João Goulart, como o projeto de alfabetização pelo método Paulo Freire e a discussão sobre a reforma agrária, que contava com o protagonismo das Ligas Camponesas, uma associação de trabalhadores rurais que lutava por melhores condições de trabalho e direito à terra.

A chegada dos militares ao poder representou o fim dessas iniciativas. Os líderes das Ligas Camponesas foram presos e torturados, e o governo deu início a uma verdadeira invasão do progresso sobre a floresta amazônica. A relação entre grandes proprietários de terras e o poder sempre foi íntima e promíscua, remetendo-nos à distribuição de sesmarias. Portanto, não é possível afirmar que a ditadura militar inaugurou essa parceria, mas, indubitavelmente, foi neste ponto da história que ela se modernizou, aproximando-se do que hoje nós conhecemos como agronegócio. Este avanço sobre a floresta representou a morte de milhares de indígenas, por atuação ou omissão do governo militar.

Os relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV), tornados públicos em 2014, dedicam um capítulo para tratar das violências contra os camponeses e outro,

exclusivamente, contra os povos indígenas, em um movimento inédito em comparação com outras comissões da verdade. No caso dos povos indígenas, os relatórios prospectam a morte de 8.350 indivíduos, ressaltando que o número pode ser ainda maior.

Neste trabalho, trataremos do Relatório Figueiredo, um importante documento histórico que funcionou como uma das principais fontes para os trabalhos da CNV, dando conta do massacre indígena durante a ditadura militar. Em seguida, discutiremos a performance proposta pelo artista-educador Fábio Tremonte de leitura pública do relatório. Com isso, pretendemos estabelecer uma reflexão crítica sobre escrita e fala, considerando como a preponderância daquela sobre esta funda a epistemologia ocidental de base colonial. Por fim, chegamos ao seguinte problema de pesquisa: como a performance pode contribuir para a descoberta de outras abordagens sobre o passado autoritário do país, propondo também novas metodologias de acesso do conhecimento que passe pelo corpo e pela voz?

A reflexão sobre a atuação da ditadura militar no campo e na floresta foi tema da minha tese de doutorado, intitulada “A serpente de ouro em relva escura: os indígenas e a ditadura em *Quarup*, de Antonio Callado”, defendida em 2021. A discussão deste trabalho é um dos desdobramentos dessa pesquisa, tendo sido parcialmente apresentada também no III Congresso Nacional de Ensino-aprendizagem de Línguas, Linguística e Literaturas, do Instituto Federal de São Paulo, em 2021. Trata-se de um assunto extremamente relevante, considerando o desafio ambiental que o mundo encara atualmente, assim como o papel de destaque do Brasil nesse cenário. O trabalho se justifica pela importância que a arte e a educação têm na leitura crítica das bases da política ecocida que vivemos hoje, uma política que está atrelada a uma concepção de progresso que não apenas destrói a natureza e os povos indígenas, mas também inviabiliza outros modos de conhecimento. Por isso, este trabalho objetiva contribuir para o debate sobre novas abordagens críticas do passado autoritário, a fim de evitar o esquecimento e o desvirtuamento da história, assim como propor o protagonismo de outras epistemologias.

## 2 METODOLOGIA

Este estudo é de natureza qualitativa e se propõe a uma reflexão sobre um importante documento da nossa história, o Relatório Figueiredo, e uma performance proposta por um artista-educador de leitura pública deste texto em museus e centros culturais da cidade de São Paulo. A aproximação entre essas duas manifestações, uma, que é um arquivo da repressão e que se vale da escrita para catalogar e controlar, e outra, que é uma proposta de incorporação crítica deste documento, revela uma tensão que nos direciona inescapavelmente a pensar também a relação entre escrita e fala na epistemologia ocidental.

Para tanto, iniciamos fazendo um histórico do Relatório Figueiredo, o que motivou sua produção e a própria história desse arquivo. Em seguida, descrevemos o trabalho proposto por Fábio Tremonte, mobilizando o conceito de performance, a partir dos estudos de Diana Taylor (2013) e Paul Zumthor (1993). Por fim, em caráter de conclusão, tensionamos o movimento deste arquivo e desta performance para levantar hipóteses que deem conta do problema de pesquisa apresentado anteriormente.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### a. O relatório

O Relatório Figueiredo é resultado do desejo de limpeza ética na administração pública, promovida pela linha dura do regime, representada pela posse de Costa e Silva, em 1967. O ministro do interior do governo, o general Albuquerque Lima, cuja nomeação indicava esse endurecimento, ordenou uma investigação sobre possíveis corrupções no SPI, dando prosseguimento a uma CPI do Índio, de 1963, que não havia chegado a grandes conclusões. Para tanto, ele designou que a comissão seria conduzida por servidores que não fizessem parte do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e chefiada pelo procurador do Estado Jáder de Figueiredo Correia, que não possuía nenhum conhecimento da causa indígena.

Segundo Rubens Valente (2017), sua inexperiência na área fez com que ele se horrorizasse com a situação dos povos indígenas que já havia se tornado rotina no SPI. Figueiredo fez uma pesquisa extensa, visitando diversos postos, mas, conforme ele mesmo reconheceu à CPI decorrente de seu trabalho, não chegou a um terço do necessário. Seu relato dá conta de verdadeiras caçadas aos indígenas, com uso de armas de guerra, como metralhadoras e dinamites atiradas de aviões, além de envenenamento de grupos inteiros, com a disseminação proposital da varíola. Seu trabalho final contou com 7 mil páginas e 30 tomos.

O relatório passou 44 anos desaparecido, depois de ter sido presumivelmente destruído em um incêndio no prédio do Ministério da Agricultura. Foi descoberto por Marcelo Zelic, um pesquisador independente, no arquivo morto do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, passando a compor a pesquisa da CNV. A cópia encontrada por Zelic tinha 5 mil páginas e 29 tomos.

É preciso observar que Figueiredo sempre atuou em sintonia com o Ministério do Interior e o Serviço Nacional de Informações (SNI). Era apadrinhado político do ex-governador do Ceará Virgílio Távora, de quem fora secretário de Educação, sendo ambos apoiadores do regime. Portanto, Figueiredo não se rebelou contra a ditadura. Na verdade, a limpeza ética pretendida pela repressão não visava salvar a vida e a cultura indígenas, mas levar o SPI a cumprir sua função institucional com excelência, qual seja, integrar os povos indígenas ao instrumento de desenvolvimento nacional. Como pontua o procurador da República Álvaro Ricardo de Sousa Cruz, em seu livro *Relatório Figueiredo: genocídio brasileiro*, o próprio Figueiredo, em depoimento à CPI, de 1968, afirmou que “acreditava que o ensino faria com que fosse possível o desaparecimento de qualquer distinção entre o ‘índio’ e o caboclo do interior do país” (2018, p. 47).

Figueiredo certamente não objetivava expor o regime com seu relatório. Talvez nem mesmo entendesse, assim como o próprio governo, a gravidade política do que estava posto, pois não estavam preparados para a repercussão das denúncias, que acabou levando ao fechamento do SPI e a criação da FUNAI. Valente (2017), na verdade, aponta faltas graves do relatório, indicando que propositalmente Jáder Figueiredo não tenha se detido em certas questões a fim de

preservar os militares.

A escrita do relatório atendia a um funcionamento do regime militar de se valer do aparato burocrático do Estado para controlar, obtendo informações, que lhes garantisse atuação de correção inclusive contra possíveis guerrilheiros que pudessem atuar infiltrados no campo e na floresta. O texto de Figueiredo é de base positivista, com longas descrições e listagem minuciosas de nomes de civis, revelando o ímpeto de registro como modo de controle. Diana Taylor (2013), estudiosa mexicana da performance, nos lembra que a escrita foi utilizada pelos invasores europeus como ferramenta de dominação. No caso das civilizações indígenas que faziam uso da escrita, como os incas, os maias e os astecas, seus códices antigos foram queimados pelos frades, garantindo acesso ao texto escrito apenas àqueles empenhados nas atividades evangélicas. A exclusividade da escrita para poucos era um modo de dominar muitos, pois controlar a opinião da maioria era também um meio de impedir mudanças e possíveis resistências. Por isso mesmo, a escrita se presta tão bem à distância. Espanha e Portugal controlavam suas colônias com pulso firme a um oceano de distância.

Esse uso expansionista da escrita foi mobilizado pela ditadura militar que se valeu de Figueiredo para produzir um relatório extensamente detalhado que lhes garantisse o mais eficaz exercício de controle. A história do relatório, seu desaparecimento, após ter sido alegadamente destruído em um incêndio, e depois a descoberta de boa parte de seu texto original é um símbolo inescapável. Hoje há muitos trechos ilegíveis, outros que não fazem sentido pela ausência de trechos significativos, além disso sua própria extensão é um desafio de leitura. Ainda assim, esse texto positivista, burocrático, materialização do registro como controle e punição da burocracia militar é extremamente revelador do massacre indígena durante a ditadura, uma atuação ainda pouco conhecida da população brasileira. Seu desaparecimento é símbolo de uma história ainda invisível para muitos. Basta ao fim lembrar que Figueiredo fez uma defesa, como vimos, da educação como ferramenta de aculturação dos povos indígenas. Além disso, o relatório é o único documento produzido pelo Estado brasileiro que reconhece a prática de tortura por agentes públicos durante a ditadura civil-militar. Escancara-se de vez que o

argumento de proteção ao indígena significa antes uma salvaguarda para a violência física, o atropelamento cultural e o sequestro espiritual desses povos pelo Estado.

## **b. A performance**

A primeira leitura pública do relatório Figueiredo como proposta do artista-educador Fábio Tremonte se deu entre 2016 e 2017 na Oficina Cultural Oswald de Andrade, em São Paulo. Nos anos seguintes, passou pelo Paço das Artes, também em São Paulo, e pela Caixa Cultural, em Brasília. As milhares de páginas impressas do relatório são dispostas sobre uma mesa de madeira. Próximos a ela, constam uma caixa de som e um microfone em um pedestal. Há o trabalho de educadores dos centros culturais que propõem um debate sobre a insistência da história única e linear, conspirando para a invisibilização de muitas trajetórias de povos à margem dessa sociedade imaginada civilizada, como os indígenas. Após essa conversa, dá-se início a leitura do relatório. Os visitantes livremente iniciam a leitura em voz alta no microfone, contribuindo com seu tempo e sua voz com essa leitura-escuta, que ultrapassa o interior do centro cultural, chegando aos ouvidos das ruas.

Para Tremonte, o participante que se engaja na leitura ao microfone não está participando de uma proposta artística ou “performando” (as aspas são usadas por Tremonte)<sup>1</sup>. A leitura em voz alta, para ele, é um alerta desse apagamento histórico, uma denúncia, um modo de testemunhar e lembrar. Ainda que não seja uma proposta artística ou uma encenação, tendo em vista que, afinal de contas, é um documento histórico, que trata de violências bárbaras cometidas contra diferentes povos indígenas, a leitura pública, a meu ver, pode ser lida como uma performance, sem aspas. Conforme Taylor, a performance é uma prática que pode ter uma natureza variada, tanto artística, como política ou educacional. Ela ressalta, por exemplo, a atuação das Mães da Praça de Maio, que tiveram seus filhos desaparecidos e assassinados durante a ditadura argentina. Semanalmente, elas se

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://institutomesa.org/revistamesa/edicoes/6/portfolio/fabio-tremonte/> Acesso em 22/09/2022

reuniram por mais de quarenta anos, no mesmo dia e mesmo horário, em frente à Casa Rosada, usando um pano branco na cabeça, para lembrar as fraldas de seus filhos. A performance é um ato reiterado, e sua repetição trata de aspectos sociais. Neste caso, é uma atuação contra o silêncio do autoritarismo. A performance, portanto, é uma prática incorporada que só existe na presença e interação com o outro. Ela está condenada a sua “agoridade”.

Paul Zumthor (1993), importante medievalista, responsável por restaurar o protagonismo do corpo e da voz nos estudos da arte medieval, diz que a performance é diálogo, que a presença do outro é tão significativa a ponto de configurar uma espécie de co-autoria. A voz e o gesto transmitem a ideia de verdade. No caso de uma leitura pública, a presença do livro, ou do relatório, é um impedimento do movimento dramático, justamente porque se introduz na performance a noção sugerida de que o texto original vem da escrita e não daquele momento de fala. Não havendo espaço para encenação, como avalia Tremonte sobre o próprio trabalho, resta a predominância do efeito vocal, ou seja, a voz participa do significado do texto, modificando nossa leitura. Como efeito, o relatório ganha vida na leitura em voz alta. Pela voz, pelo corpo do outro, captamos não apenas o conteúdo do texto, mas sua forma, sua intenção. E de repente, passamos a lidar com a face dessa escrita, tépida, fria, ao mesmo tempo comunicadora e perpetuadora do horror.

A leitura silenciosa, lembra-nos Zumthor, é própria do espírito moderno. Há diversos registros que tratam do assombro dos indígenas diante dos colonizadores falando sozinhos com papéis na mão. Lia-se correntemente em voz alta. Durante a Idade Média, acreditava-se que ler em voz alta promovia uma espécie de cura, algo indispensável para a boa ordem da vida. Pensando no caso da poesia, Octavio Paz (2012) diz que ler um poema em voz alta ajuda-nos a respirar melhor, é um exercício respiratório. A leitura em voz alta não é apenas a manifestação da voz, mas também do corpo. O gesto, essa escritura do corpo, é, para falar com Flusser (2014), a presença ativa humana no mundo. E a este ponto, é necessário resgatar a metáfora do corpo como *res publica*, como Estado. A leitura pública do relatório Figueiredo, entre muitas coisas, é também a presença deste corpo, que agora, por esse gesto de



ler em coletividade, em um espaço de arte e educação, que, por sua vez, contribui para a recepção, faz frente simbolicamente à violência do Estado. É quando a voz e o corpo podem transformar as palavras de um arquivo da repressão em denúncia não apenas contra os crimes passados, mas nos fazer ouvir os avisos de incêndio da história que se insiste em ignorar.

Por ser amplamente utilizada como recurso escolar, a leitura em voz alta também traz à proposta de Tremonte o vínculo entre arte e educação, em que a história possa ser interpretada de outros modos que escapem das delimitações dos manuais escolares, que frequentemente adotam a perspectiva da narrativa única. Adorno (2003), em “Educação após Auschwitz”, considera que o simples acesso à educação formal não é capaz de evitar a barbárie. E quanto a isso basta lembrarmos da Alemanha e sua enorme contribuição cultural para a humanidade. Com o fim da guerra, avalia Adorno, o principal objetivo da educação passa a ser impedir que o nazismo se repita. Para tanto, deve-se empreender um exercício de autorreflexão crítica a fim de que todos adquiram consciência das forças que levaram à eclosão da *shoah*. Bell Hooks (2013), em *Ensinando a Transgredir*, diz que ensinar é um ato teatral. Ainda que os professores não sejam atores, é o seu trabalho que proporciona espaço para mudança, invenção e alteração espontânea, reforçando a ideia de interação com o outro, como um modo de permitir que o engajamento torne os alunos partes ativas no aprendizado. Afinal de contas, a sala de aula é este espaço de interação com outro, por meio de uma prática incorporada baseada na “agoridade” que lhe é inerente.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O empreendimento colonial foi fundamental para o estabelecimento da preponderância da escrita sobre as práticas incorporadas. No caso dos povos indígenas que não faziam uso da escrita, não foram seus códices antigos que foram destruídos, mas seus próprios corpos. O relatório Figueiredo não apenas comunica violência, mas a sua forma é um lembrete terrível do massacre epistemológico sofrido pelos povos tradicionais. Sobrevive no imaginário ocidental a ideia de que

apenas pela escrita é possível lidar com o conhecimento. Nota-se a este propósito mais uma vez o trabalho de Paul Zumthor. Há muitos anos a crítica especializada tinha conhecimento sobre o papel preponderante que a oralidade ocupou na poesia medieval, mas nunca se tentou interpretar este aspecto, até o surgimento dos estudos de Zumthor na segunda metade do século XX. Para o autor, a explicação para este silêncio não é outra senão o preconceito, que reforça o lugar dominante que a escrita possui no Ocidente.

A performance nos lembra que o corpo e a voz também são um sistema legítimo de aprendizagem, armazenamento e transmissão de conhecimento. Para seguir com Zumthor, o significativo do significado textual é um ser vivo. No caso da leitura pública do relatório Figueiredo, vimos que diante de outra voz, de outro corpo, a história se revela de outros modos, nos permitindo novas interpretações, para além da mera, ainda que sempre importante, divulgação. O sentido do texto se lê em presença e interação com o corpo humano, nos convocando a considerar novas metodologias de ensino e aprendizagem, levando a sério a proposta de acessar conhecimento pelas práticas incorporadas, desafiando até mesmo o ambiente escolar, como quer Bell Hooks, a lidar com o imprevisível da criação humana.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2).

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **Relatório Figueiredo: genocídio brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

FLUSSER, VILÉM. **Gestos**. São Paulo: Annablume, 2014.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. São Paulo: Cosac Naify, 2012. RELATÓRIO FIGUEIREDO. Comissão de Inquérito. Disponível no Museu do Índio. Brasília.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**: A “literatura” medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

**Submetido em:** 15/09/2022

**Revisões requeridas em:** 10/10/2022

**Aprovado em:** 20/11/2022

### **SOBRE OS AUTORES**

**José Humberto Torres Filho**, ORCID: 0000-0002-6897-4480. Universidade Estadual do Ceará; Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central. Graduado em Letras Português-Literatura na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente atua como professor de Literatura na UECE/Feclesc. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8898379462583189>. *E-mail:* torreshumberto85@gmail.com

### **PARA CITAR ESTE ARTIGO:**

**TORRES FILHO, José Humberto**. Corpo e voz em movimento: performance como desafio ao autoritarismo. *Revista Educação, Pesquisa e Inclusão*, v. 3, p. 1-11 2022.